



COLONIAL OU DECOLONIAL: PERFIL CURRICULAR DO CURSO DE PSICOLOGIA DA ULBRA PALMAS

Marildes Martins da Silva Rocha Andrade

Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Sonielson Luciano de Sousa

Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Aldira Guimarães Duarte Domínguez

Universidade de Brasília

Irenides Teixeira

Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este estudo analisa o currículo do curso de Psicologia da ULBRA-Palmas, a partir das perspectivas do atlantismo e da descolonização, com foco na representatividade de autores clássicos e decoloniais, bem como em recortes de gênero, nacionalidade e formação acadêmica. A pesquisa utilizou abordagem quali-quantitativa, de natureza descritiva, tendo como amostra 546 referências bibliográficas do ementário curricular, das quais 206 livros foram selecionados após critérios de exclusão. Os resultados indicam a predominância das obras clássicas (58,7%), seguidas pelas híbridas (15,1%) e pelas decoloniais (13,6%). Verificou-se forte presença de autores europeus e norte-americanos na categoria Clássica, enquanto a produção decolonial é majoritariamente brasileira, com destaque para mulheres e intelectuais engajados em críticas sociais. Além disso, constatou-se a relevância de formações interdisciplinares, como Psiquiatria, Filosofia e Sociologia, que ampliam o debate epistemológico. Conclui-se que, embora o cânone clássico ainda predomine, há uma inserção gradual de perspectivas críticas e plurais que tensionam a hegemonia eurocêntrica e apontam para a construção de uma Psicologia mais contextualizada e comprometida com a diversidade sociocultural brasileira, especialmente no Tocantins.

Palavras-chave: Psicologia; Currículo; Decolonialidade; Tocantins.

INTRODUÇÃO

A motivação para esta pesquisa surge da inquietação em compreender como a Psicologia, no contexto brasileiro e especialmente no Tocantins, dialoga com a diversidade cultural do território. Durante minha formação, percebi que a estrutura curricular frequentemente negligencia as realidades de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Essa lacuna motivou a investigação sobre a presença de perspectivas decoloniais na formação acadêmica, considerando ser fundamental que a ciência psicológica se construa em diálogo com a pluralidade de saberes e práticas.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem uma tradição histórica pautada em referenciais teóricos eurocêntricos, aqui caracterizados como pensamento



atlântico. Esses paradigmas, muitas vezes universalizantes, podem ignorar especificidades socioculturais, resultando em um distanciamento entre o conhecimento acadêmico e as realidades locais. No Tocantins, estado marcado pela significativa presença de comunidades tradicionais, essa dissonância é crítica. Suas formas próprias de compreender a subjetividade, o sofrimento e o cuidado permanecem, em grande medida, invisibilizadas pela Psicologia convencional. Portanto, é premente analisar em que medida o currículo do curso de Psicologia da ULBRA-Palmas incorpora epistemologias alternativas que contestam a lógica atlântica e favorecem uma perspectiva decolonial.

Os autores clássicos, centrais na tradição psicológica ocidental, são frequentemente criticados por desconsiderarem contextos culturais não europeus. Em contrapartida, os autores decoloniais problematizam essas tradições ao valorizar saberes historicamente marginalizados, reconhecer culturas não ocidentais e formular críticas ao colonialismo, recusando, assim, a universalização dos conhecimentos psicológicos.

Portanto, a pergunta que norteia a pesquisa é: Como se configura o currículo do curso de Psicologia da Ulbra-Palmas em relação ao equilíbrio entre o pensamento atlântico e as perspectivas decoloniais, considerando a representatividade de autores clássicos e do Sul Global, bem como suas identidades de gênero, nacionalidade e formação acadêmica? O objetivo geral é analisar a composição do currículo do curso de Psicologia da Ulbra-Palmas a partir das perspectivas do pensamento atlântico e da descolonização. Os objetivos específicos da pesquisa consistem em identificar as referências bibliográficas; analisar a representatividade de autores clássicos e decoloniais no currículo de Psicologia da Ulbra-Palmas, considerando recortes de gênero, nacionalidade e formação acadêmica; comparar os resultados obtidos com as diretrizes nacionais para a formação em Psicologia, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e as leis 10.639/03 e 11.645/08, que incentivam a inclusão de saberes plurais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Colonialidade e Neocolonialismo: hegemonia ocidental em crise e os novos arranjos globais

A relação entre o Norte e o Sul global ultrapassa a mera desigualdade econômica ou política, configurando-se como um sistema de dominação originado na expansão colonial europeia e atualizado nas estruturas do capitalismo global. Essa herança de exploração não se restringe ao passado, mas mantém-se como um padrão de poder que ainda hoje marginaliza povos, saberes e culturas.

Desde o século XVI, com a chegada dos europeus às Américas e a ascensão do mercantilismo, consolidou-se o poder capitalista mundial na Europa Atlântica. Nesse contexto, instituíram-se a divisão internacional do trabalho e uma hierarquização étnico-racial da população, elementos estruturantes de um novo padrão de dominação (Quijano, 2007). Mesmo após o fim das administrações coloniais e a constituição de Estados-nação periféricos, a lógica centro-periferia permaneceu, revelando a passagem do colonialismo moderno para a colonialidade global (Mignolo, 2002).

O conceito de colonialidade, formulado por Maldonado-Torres (2007), distingue-se do colonialismo por sua maior profundidade e permanência. Enquanto o colonialismo correspondeu a um sistema explícito de dominação política e econômica,



a colonialidade instituiu-se como um padrão estrutural que persiste além do domínio formal das metrópoles. Esse padrão organiza as relações de trabalho, as estruturas de autoridade, os regimes de conhecimento e as dinâmicas intersubjetivas, mediadas pelo mercado capitalista global e fundamentadas na categoria de “raça” (Maldonado-Torres, 2007, p. 130).

A colonialidade manifesta-se em três dimensões interligadas. A colonialidade do poder, proposta por Quijano (2000), articula a distribuição dos lugares sociais por meio de eixos de capital/trabalho e europeu/não-europeu. Esse modelo naturaliza hierarquias raciais, de gênero, culturais, territoriais e epistêmicas, produzindo subalternização e invisibilizando experiências e saberes dominados (Quijano, 2007). Tal matriz racializada continua presente no sistema-mundo, em que nações majoritariamente não brancas ocupam posições periféricas. A colonialidade do saber refere-se ao privilégio conferido ao conhecimento ocidental, tornado hegemônico e universal, em detrimento dos saberes não ocidentais, frequentemente classificados como inferiores ou folclóricos (Castro-Gómez, 2005). Essa “geopolítica do conhecimento” cria uma diglossia epistêmica que valoriza o pensamento científico ocidental e relega outros saberes ao status de “locais” ou “tradicionais”. Já a colonialidade do ser diz respeito à experiência da desumanização do colonizado, reduzido à condição de “não-ser”, conforme analisado por Fanon (2008). Essa dimensão evidencia a violência epistêmica e existencial que persiste nas sociedades contemporâneas, sustentando uma necropolítica que regula diferencialmente o direito à vida (Tonial; Maheirie; Garcia JR., 2017).

Apesar de sua persistência, a hegemonia ocidental atravessa um processo de declínio estrutural, marcado por uma crise filosófica e de pensamento que restringe sua capacidade de interpretar as transformações globais (Jabbour; Gabriele, 2021). Nesse cenário, emergem novas potências que desafiam o predomínio histórico do Ocidente, entre as quais a China assume protagonismo. Nas últimas décadas, o país consolidou-se como a segunda maior economia do mundo, alcançando crescimento médio de 9,2% entre 1980 e 2018 e significativa elevação da renda per capita (Jabbour; Dantas, 2021, p. 288). Desde 2013, lidera o comércio internacional, apoiando-se em um modelo próprio, o “socialismo de mercado com características chinesas”, que combina planejamento estatal de longo prazo e mecanismos de mercado (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2022). Essa estratégia permitiu avanços em inteligência artificial, 5G e energias renováveis, além da erradicação da pobreza extrema em uma população de 1,4 bilhão de habitantes (Jabbour; Gabriele, 2021).

Paralelamente, ganha relevância o BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, bloco que busca reformar a governança global e reduzir a dependência do dólar por meio de mecanismos como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e iniciativas financeiras inovadoras.

Assim, a ascensão chinesa e o fortalecimento do BRICS configuram sinais de uma ordem multipolar em formação, na qual a centralidade econômica e política desloca-se gradualmente do Ocidente para o Sul Global, reconfigurando os padrões históricos de poder.

1.2 A Descolonização da Psicologia e o diálogo com a Psicologia da Libertação

A Psicologia, desde sua consolidação como ciência, foi marcada por referenciais eurocêntricos que universalizaram experiências específicas, sobretudo do homem branco, europeu, heterossexual e cisgênero, como medida do humano. Essa



universalização, conforme argumenta Maldonado-Torres (2007), é expressão da colonialidade do ser, que desumaniza sujeitos historicamente subalternizados e reduz suas formas de existência à condição de “não-ser”. Ao adotar esse parâmetro normativo, a Psicologia tradicional reforça exclusões e violências simbólicas contra povos indígenas, comunidades negras, quilombolas, populações LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

Romper com essa lógica é o desafio central da descolonização da Psicologia. Quijano (2000) descreve a colonialidade do poder como a persistência da hierarquia racial, epistêmica e social estruturada desde a expansão colonial europeia, que ainda hoje organiza modos de produção de saber e relações sociais. No campo psicológico, isso se traduz em currículos, práticas e teorias que marginalizam ou silenciam saberes não ocidentais. Grosfoguel (2016) acrescenta que é necessário superar o “fundamentalismo ocidental”, que se apresenta como universal, mas na prática invisibiliza epistemologias do Sul.

Esse processo não implica a rejeição completa do legado clássico da disciplina. Inspirado em Fanon (2008), é preciso enfrentar criticamente as estruturas coloniais que moldam subjetividades e produzem alienação. Em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon mostra como a experiência colonial impacta o inconsciente e promove uma interiorização da inferioridade, denunciando as violências coloniais e apontando caminhos para alternativas emancipatórias. No Brasil, essa discussão é especialmente relevante: o Conselho Federal de Psicologia (2019) alerta que práticas hegemônicas ainda tentam “aniquilar subjetividades” que não se enquadram na norma branca, heterocisnormativa e capacitista. A valorização de epistemologias plurais, como a oralidade indígena, a memória ancestral afro-diaspórica e os modos de cuidado quilombolas, é condição fundamental para práticas de escuta e acolhimento verdadeiras.

A descolonização, portanto, amplia o horizonte da Psicologia ao deslocar o foco de uma universalidade abstrata para a diversidade concreta das experiências humanas. O pensamento precisa considerar a Terra, a Mata, a Comunidade e o Terreiro como sujeitos de conhecimento, legitimando a oralidade como prática epistemológica (Santos (2022, p. 354; Santos; Silva, 2018). Em síntese, a importância da descolonização está em permitir que a Psicologia deixe de reproduzir a lógica de exclusão herdada da modernidade colonial e se reconstrua como ciência plural, crítica e socialmente engajada. A justiça epistêmica torna-se, nesse sentido, também condição de saúde mental.

Nesse cenário, a discussão sobre as psicologias da libertação e as perspectivas decoloniais é central. Embora não haja uma relação direta de causa e efeito entre elas, ambas emergem de forma autônoma, mas convergente: Martín-Baró liderando a psicologia da libertação e o grupo da modernidade/colonialidade desenvolvendo o pensamento decolonial (Tonial; Maheirie; Garcia Jr., 2017; Watkins; Shulman, 2008). Enquanto a psicologia da libertação oferece metodologias de intervenção comprometidas com a práxis e a transformação social (Martín-Baró, 1994), o pensamento decolonial fornece o arcabouço conceitual para compreender as raízes históricas e estruturais da dominação (Quijano, 2007).

Ignacio Martín-Baró (1994), jesuíta e psicólogo assassinado em El Salvador, é considerado o pioneiro do termo “psicologia da libertação”. Para ele, a conscientização era fundamental, pois implicava transformação das relações entre sujeito, ambiente e comunidade (Watkins; Shulman, 2008). A obra de Paulo Freire (1970/1989) também exerceu grande influência neste movimento, ao propor uma pedagogia dialógica e



participativa que denuncia as estruturas opressoras e fomenta ações transformadoras. Augusto Boal (1985–2002), influenciado por Freire e Fanon, desenvolveu o Teatro do Oprimido como forma de descolonização corporal e expressiva, enquanto Alfredo Moffatt (1991) propôs a Psicoterapia do Oprimido, criticando a patologização da pobreza e valorizando práticas terapêuticas populares.

Mais recentemente, perspectivas decoloniais na Psicologia, como o movimento “Reflorestar a Psicologia”, buscam diálogos interepistêmicos com povos indígenas e quilombolas (Santos et al., 2024). Pensadores como Ailton Krenak (2019, 2020, 2022), Davi Kopenawa Yanomami (Koénawa; Albert, 2015), João Paulo Barreto Tukano (2022) e Antônio Bispo Santos (2015) tensionam as bases eurocêntricas da Psicologia ao propor uma visão integrada entre ser humano e natureza e ao defender estratégias de contracolônização.

A crítica ao racismo estrutural na psicologia social brasileira se articula a essas perspectivas, denunciando o epistemicídio e o etnogenocídio históricos (Chersoni; Das Chagas; Muniz, 2022; Santos et al., 2024). Isso exige que psicólogos e psicanalistas reflitam sobre sua posicionalidade (raça, etnia, gênero, classe e geografia) e sobre a estrutura histórica em que se inserem (Castro; Mayorga, 2019). Ao se alinhar a esses movimentos, a Psicologia pode assumir um potencial contracolônial, questionando tanto as dinâmicas sociais quanto os próprios fundamentos disciplinares.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo tem caráter básico, com uma abordagem quali-quantitativa, pois combina a análise qualitativa do conteúdo bibliográfico com a quantificação de dados referentes ao perfil dos autores. Trata-se de um estudo de natureza descritiva (Cozby, 2003), cujo objetivo metodológico é identificar, registrar, analisar e interpretar fenômenos (Marconi; Lakatos, 2021). Para tanto, o estudo utiliza um procedimento documental e analítico, tendo como fonte primária as referências bibliográficas do ementário do curso de psicologia da ULBRA/Palmas. Foi utilizada a versão curricular mais recente, implementada em 2023, após três atualizações ocorridas no curso entre 2020 e 2024.

A coleta de dados teve início com a busca do Ementário do curso de Psicologia da ULBRA/Palmas no portal WebAluno. No entanto, algumas disciplinas apresentavam apenas as ementas, e para garantir a completude das informações, foi solicitado o Ementário integral à coordenação do curso, o que permitiu a avaliação completa das ementas e bibliografias.

O universo de pesquisa foi composto pelo conjunto total das referências bibliográficas listadas nas ementas de todas as disciplinas do curso. Critérios de exclusão rigorosos e sistemáticos foram definidos e aplicados em duas etapas para delimitar a análise ao interesse direto da prática clínica. Inicialmente, na exclusão por formato e tipo de documento, foram removidas as referências duplicadas e os seguintes itens: teses de doutorado e dissertações de mestrado, capítulos de livros, documentos oficiais de associações e conselhos (federal e estadual) de psicologia, leis, decretos e demais textos legais, e livros editados por organizadores (compilações de capítulos de diversos autores). Posteriormente, procedeu-se à exclusão por área temática, na qual foram removidas obras cujo conteúdo, embora fundamental para a formação generalista em Psicologia e para a compreensão do contexto social e histórico do indivíduo, não se relaciona diretamente com os fundamentos da prática clínica. Foram excluídos livros das seguintes áreas: Ciências Básicas (biologia,



anatomia), Educação, Epidemiologia, Direito, Filosofia, Fotografia, História, Religião e Sociologia. A seleção e organização do material, foram efetuadas por meio do software NotebookLM.

Os procedimentos de análise e categorização das referências bibliográficas que compuseram a amostra de análise foram categorizados com base em sua tradição epistemológica, sendo divididos em duas principais vertentes: clássica e decolonial.

Para operacionalizar a análise de categorização comparativa dos dados, foi elaborado um prompt (vide Apêndice A) que serve como um guia de análise literária. Ele foi construído para que a ferramenta de linguagem simule o trabalho de um psicólogo-analista literário, usando critérios da teoria crítica e da literatura comparada. Na prática, ele organiza um passo a passo: primeiro pede que o usuário forneça o material (resumo, sinopse ou trechos da obra); depois conduz a leitura atenta do texto, a coleta de informações sobre o autor e o cruzamento com indicadores que diferenciam a literatura clássica (temas universais, narrativa linear, estilo eurocêntrico, forma normativa) e a literatura decolonial (pluralidade de saberes, narrativas não lineares, crítica ao colonialismo, memória histórica). O objetivo é classificar a obra em uma das categorias, clássica, decolonial, híbrida ou outras, sempre com justificativas documentadas. Além disso, o prompt permite uma avaliação numérica opcional, para representar em percentuais a predominância de cada tradição, mas deixa claro que a interpretação crítica é mais importante do que o cálculo. Ele funciona como um protocolo metodológico estruturado para analisar e classificar obras literárias com rigor e transparência.

Para aplicar o *prompt* dentro da LLM *DeepSeek IA*, necessita-se ativar as funcionalidades '*DeepThink*' e '*Search*', onde o *DeepThink* corresponde a um modelo de raciocínio profundo com lógica multiagente, no qual são geradas simultaneamente múltiplas hipóteses e abordagens para um mesmo problema. Esse processo permite explorar diferentes caminhos de análise antes de integrar as ideias mais consistentes, produzindo uma resposta otimizada. Já o *Search* refere-se à funcionalidade de busca na internet, utilizada para complementar a análise com informações externas e atualizadas, necessários para acessar dados das bibliografias na Internet.

O protocolo teve como função guiar sistematicamente o exame das obras, com base nos seguintes indicadores: para obras de orientação clássica: universalismo temático, estrutura linear, eurocentrismo e formalismo normativo. Para obras de orientação decolonial: pluralidade de saberes, crítica ao colonialismo, narrativas não-lineares e enfoque em reparação histórica. Além dos critérios temáticos e formais, o protocolo também orientou a coleta de dados sobre o autor de cada obra, incluindo nacionalidade, gênero e idade à época da publicação, visando enriquecer a contextualização da análise. Realizou-se o cruzamento dos dados obtidos, permitindo uma comparação crítica entre as duas tradições epistemológicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O curso de Psicologia da Universidade Luterana de Palmas (matrizes 043307 - Diurno e 043308 - Noturno) possui uma estrutura organizada em 10 períodos, com disciplinas que abrangem desde fundamentos teóricos a práticas profissionais. O currículo é composto de 43 disciplinas regulares, 14 disciplinas optativas (o aluno escolhe apenas 2, uma em cada período) e 9 estágios (5 básicos + 4 específicos).

Apresenta uma formação ampla, com base teórica sólida (desenvolvimento humano, processos cognitivos, psicopatologia); habilidades práticas (avaliação



psicológica, intervenções terapêuticas, estágios), flexibilidade (optativas permitem direcionamento para áreas de interesse) e preparação para o mercado de trabalho (ênfase em saúde mental, organizacional, educacional e clínica).

Na área de Formação Básica e Teórica, os alunos cursam disciplinas como Psicologia do Desenvolvimento I e II, Processos Psicológicos Básicos, História da Psicologia, Psicologia Social, Neurofisiologia do Comportamento Humano e Bases Biológicas do Comportamento Humano.

As Áreas Aplicadas abrangem Psicopatologia I e II, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia Escolar e Práticas de Inclusão, além de Psicologia e Saúde em Diferentes Contextos. Já a seção de Técnicas e Instrumentos inclui disciplinas como Técnicas Projetivas, Técnicas Psicométricas, Fundamentos da Avaliação Psicológica e Neuropsicologia e Reabilitação Cognitiva.

A formação prática é consolidada pelos Estágios Supervisionados, que incluem Estágio Básico em Psicologia: Ciência e Profissão, Estágio Básico em Entrevista Psicológica, Estágio Básico em Saúde Mental, Estágio Básico em Avaliação Psicológica, Estágio Básico em Saúde Mental e Trabalho, Estágio Específico em Processos Institucionais e de Saúde I e II, e Estágio Específico em Processos Clínicos e Psicoterapêuticos I e II, Trabalho de Conclusão I, Trabalho de Conclusão II.

O curso oferece diversas disciplinas optativas distribuídas entre o 9º e 10º períodos, abrangendo áreas como Psicologia Jurídica, Psicossomática, Psicologia Hospitalar, Terapia Focada nas Emoções, Fotografia Aplicada à Psicologia, Análise do Comportamento Aplicada às Neurodivergências, Psicologia da Sexualidade Humana, LIBRAS, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Multiculturalismo e Diversidade Cultural, Gestalt-Terapia, Psicologia do Esporte, Orientação Profissional e Inteligência Emocional.

A grade curricular contempla diferentes abordagens terapêuticas, entre elas a Psicanálise, a Psicologia Analítica (Junguiana), a Terapia Cognitivo-Comportamental, a Análise do Comportamento e a Psicologia Sistêmica (disciplinas regulares), além da Terapia Focada nas Emoções e da Gestalt-Terapia (disciplinas optativas).

Do total de 546 referências bibliográficas identificadas no ementário do curso, foram excluídas do estudo 88 duplicatas e itens que, embora relevantes para a formação em Psicologia, não estão diretamente relacionados à prática clínica. Foram excluídos também os seguintes materiais: 01 capítulo de livro, 01 tese de doutorado, 01 dissertação de mestrado, 31 artigos, 32 documentos oficiais de associações e conselhos (federal e estadual), manuais, leis, decretos e 72 livros organizados por organizadores. Além disso, foram excluídas 114 obras sobre temas contextuais, como história, sociologia, educação, filosofia, religião, epidemiologia, fotografia, direito e ciências básicas, que servem como fundamento ou ferramenta para a compreensão da psicologia, mas não à sua aplicação clínica direta.

A amostra analisada foi composta por 206 livros, classificados em três categorias principais: clássicos, decoloniais e híbridos. Os resultados evidenciam a predominância das obras clássicas, que totalizaram 121 exemplares, correspondendo a 58,7% do conjunto. Essa expressiva presença reafirma a centralidade do cânone tradicional no acervo estudado, refletindo sua forte influência histórica e teórica.

Em contrapartida, as produções de caráter decolonial somaram 28 livros, o que representa 13,6% do total. Embora em menor número, esse percentual demonstra a inserção gradual de perspectivas críticas e alternativas que buscam questionar e ampliar os referenciais teóricos estabelecidos. Já as obras de natureza híbrida, que articulam elementos clássicos e decoloniais em diálogo, totalizaram 31 exemplares, equivalente a 15,1% da amostra. Essa categoria revela uma tendência de interseção



entre diferentes tradições, favorecendo a construção de abordagens integradoras e plurais no campo do conhecimento.

Assim, os dados percentuais apontam para uma configuração em que o pensamento clássico ainda ocupa lugar de destaque, mas já se observa um movimento significativo de abertura a novas epistemologias, seja pela presença de textos decoloniais ou por produções híbridas que transitam entre distintas matrizes teóricas.

A categoria de obras Clássica é estruturada por dois grandes pilares geográficos: o europeu e o norte-americano. O Cânone Europeu Antigo: Figuras fundadoras da psicodinâmica e da psiquiatria estão representadas principalmente por autores de origem europeia. Sigmund Freud, austríaco e neurologista, é o autor com maior número de citações, sendo todas suas obras classificadas como Clássicas. Da mesma forma, Carl G. Jung, suíço e psiquiatra, é central no corpus, com obras Clássicas e Híbridas. Obras francesas de grande impacto histórico, como as de Françoise Dolto (psiquiatra) e o historiador Philippe Airés, também reforçam esse pilar clássico.

Autores norte-americanos dominam a segunda maior fatia estrangeira de obras Clássicas, especialmente nas abordagens cognitivo-comportamentais e em áreas de avaliação e personalidade. O psiquiatra Aaron T. Beck e os psicólogos B. F. Skinner e Carl R. Rogers exemplificam essa fundação. No entanto, a contribuição norte-americana também inclui importantes figuras femininas, como as psicólogas Anne Anastasi, Judith S. Beck, Helen Bee, e Susana Urbina, que atuam em áreas como testagem, desenvolvimento e clínica.

Exceções notáveis na categoria clássica incluem autores argentinos como a psiquiatra Arminda Aberastury e o psicólogo José Bleger, e figuras de outras nacionalidades como o psicanalista indiano Salman Akhtar e o sociólogo canadense Gérald Bernard Mailhiot.

Obras classificadas como Decoloniais, são majoritariamente assinadas por psicólogos e outros profissionais brasileiros comprometidos com a realidade social do país. Exemplos incluem a Psicóloga Social Bader Burihan Sawaia, que é uma das principais teóricas da Psicologia Social Crítica no Brasil, e o psicólogo José Carlos Zanelli, com foco na psicologia organizacional e do trabalho. A presença brasileira na crítica Decolonial também se estende a outras formações, como a jornalista Lícia Loltran, que aborda famílias homoafetivas, e o filósofo e jornalista Vladimir Safatte.

É importante notar que, dentro da produção brasileira, há uma alta representação de mulheres, como a psicóloga social Lúcia Helena Garcia Bernardes, Ana Magnólia Mendes, e a pedagoga M. T. E. Mantoan. Essa presença feminina é evidente tanto nas obras Decoloniais quanto nas Clássicas e Híbridas de autores brasileiros.

As obras classificadas como híbridas tendem a ocupar um espaço de mediação, incorporando a base teórica clássica (como o suíço Jung e o francês Canguilhem) com reflexões contemporâneas, frequentemente de autores brasileiros. O Híbrido atesta a vitalidade da produção nacional em integrar e debater o cânone estabelecido com novas formas de subjetivação e clínica, como visto nas obras do psiquiatra brasileiro Joel Birman e dos psicólogos brasileiros Luiz Cláudio Figueiredo e Lúcia Helena Garcia Bernardes.

A análise da amostra bibliográfica, revela padrões distintos na composição do corpo de conhecimento em termos de nacionalidade, sexo e formação acadêmica dos autores. Embora a formação de Psicólogo(a) seja esperadamente a mais comum, ela é complementada por contribuições robustas de áreas adjacentes, reforçando a natureza interdisciplinar do campo.



A Psiquiatria mostrou que é a formação mais comum nas obras Clássicas, especialmente com autores como Jung, Beck, Dolto e Fiórini (Argentino); A Filosofia contribuiu significativamente, com o francês G. Canguilhem em uma obra Híbrida e M. Foucault (Psicólogo/Filósofo francês) em uma obra Clássica; a Medicina está representada por figuras como J. A. Gaiarsa (brasileiro) e o cubano Emílio Mira y López e a Sociologia reflete tanto o eixo Clássico, com o britânico Thomas Burton Bottomore, quanto para o Decolonial, com o brasileiro Ricardo Antunes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do currículo do curso de Psicologia da ULBRA-Palmas evidenciou a predominância de autores clássicos, em sua maioria europeus e norte-americanos, reafirmando a força da tradição atlantista na formação acadêmica brasileira. Apesar disso, a presença de obras híbridas e decoloniais, ainda que minoritária, aponta para uma tendência de abertura a epistemologias críticas, plurais e contextualizadas. Tal inserção, especialmente no âmbito da produção brasileira, revela o potencial de um movimento formativo voltado ao reconhecimento da diversidade cultural e social do país.

Constatou-se também que a interdisciplinaridade desempenha um papel essencial na constituição do campo, com contribuições de áreas como Medicina (psiquiatria, neurologia), Filosofia e Sociologia, ampliando o horizonte epistemológico da Psicologia. Esse cenário confirma que a formação não deve se limitar a um cânone eurocêntrico, mas precisa dialogar com múltiplas tradições de conhecimento, sobretudo em territórios como o Tocantins, onde a presença de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais demanda práticas psicológicas culturalmente sensíveis e socialmente comprometidas.

Diante desses achados, torna-se evidente a necessidade de revisão curricular, de modo a ampliar a presença de autores decoloniais, mulheres, intelectuais do Sul Global e produções brasileiras nas bibliografias. Também se faz imprescindível a formação continuada do corpo docente, permitindo que os professores articulem o cânone clássico a epistemologias críticas e interculturais. Além disso, recomenda-se a incorporação de saberes locais, tanto em bibliografias quanto em práticas de pesquisa e extensão, estabelecendo diálogo efetivo com comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais.

Outro aspecto fundamental refere-se a assegurar a aplicação das políticas de inclusão previstas nas diretrizes nacionais e nas leis 10.639/03 e 11.645/08, garantindo que a diversidade étnico-racial e cultural esteja efetivamente contemplada no processo formativo. A pesquisa acadêmica e a produção científica voltadas à Psicologia decolonial devem ser incentivadas, especialmente por meio de projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão e atividades de extensão que fortaleçam a visibilidade regional em redes nacionais e internacionais.

Por fim, é importante destacar a relevância da criação de espaços permanentes de debate, como seminários, fóruns e grupos de estudos sobre decolonialidade em Psicologia, que possam fomentar reflexões críticas contínuas e consolidar um movimento institucional de transformação. Tais encaminhamentos constituem passos fundamentais para que o curso avance em direção a um currículo mais plural, crítico e comprometido com as realidades socioculturais brasileiras, contribuindo para a construção de uma Psicologia que dialogue de forma efetiva com o Sul Global e com a diversidade presente no Tocantins.



No campo educacional, a descolonização da Psicologia dialoga diretamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que orientam a formação em Psicologia no Brasil, enfatizando o compromisso ético-político com a diversidade e a justiça social. Além disso, a legislação brasileira estabeleceu marcos importantes para a inclusão de epistemologias historicamente marginalizadas.

A Lei nº 10.639/2003 alterou a LDB para tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, e a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade para incluir também a História e Cultura Indígena. Essas legislações reconhecem a necessidade de valorizar memórias, tradições e saberes produzidos por povos que foram sistematicamente silenciados pelo colonialismo e pelo racismo estrutural.

No contexto da Psicologia, tais normas reforçam que currículos e práticas profissionais não podem permanecer presos a epistemologias monoculturais. Incorporar a oralidade, a ancestralidade e os modos de cuidado de diferentes comunidades é um passo essencial para romper com a lógica da universalidade abstrata e promover uma ciência comprometida com a pluralidade das experiências humanas.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Ricardo Dias de; MAYORGA, Claudia. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Pesqui. prá. psicossociais** [online]. 2019, v.14, n. 3, p.1-18. ISSN 1809-8908. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v14n3/11.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 87-95, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102434/9_CastroGomez.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

CHERSONI, Felipe de Araujo; CHAGAS, Maria Eduarda Delfino das; MUNIZ, Veyzon Campos. Racismo entre psicologia social e criminologia crítica: encontros e perspectivas decoloniais. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 272-282, ago. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84171>. Acesso em: 5 set. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) com povos indígenas**. Brasília, DF: CFP, 2019.

COZBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciência do comportamento**. Curitiba: Atlas, 2003. 454 p. ISBN 85-224-3363-1.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do



longo século XVI. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 25–49, abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100003>. Acesso em: 15 set. 2025.

JABBOUR, Elías; DANTAS, Alexis. Ignacio Rangel na China e a “Nova Economia do Projeto”. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 287–310, jul. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n2art01>. Acesso em: 9 set. 2025.

JABBOUR, Elías; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos José. **Sobre la economía de mercado socialista de China y la “nueva economía de proyección” (I)**. CEPRID, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article2745>. Acesso em: 12 set. 2025.

JABBOUR, Elías; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021. 314 p.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2, p. 240–270, 2007.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Psicología de la liberación**. Madrid: Trotta, 1994.

MIGNOLO, Walter D. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. **South Atlantic Quarterly**, v. 101, n. 1, p. 57–96, 2002.

MOFFATT, Alfredo. **Psicoterapia do oprimido**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/14084/1/colonialidade.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, [S.L.], v. 21, n. 2–3, p. 168–178, mar. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/09502380601164353>.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; Epistemologias Negras: novas propostas para o ensino, a pesquisa e a extensão em Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1**. Brasília, DF: CFP, 2022. ISBN: 978-65-89369-11-0. p. 344–359. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-final.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.



SANTOS, Abrahão de Oliveira; SILVA, Viviane Pereira da. A pesquisa no Kitembo – pistas para a construção de uma psicologia aterrada. **Arcos Design**, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/arcosdesign/article/view/44056/30675>. Acesso em: 1 set. 2025.

SANTOS, Amanda Barbosa Veiga dos et al.. Práticas formativas em psicologia social: contribuições de diálogos inter-epistêmicos com povos indígenas e quilombolas. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 36, p. 1-1, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36278087>. Acesso em: 15 set. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: INCTI, 2015.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18-26. 2017. Disponível em: <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/270>. Acesso em: 11 jun. 2025.

WATKINS, Mary.; SHULMAN, Helene. **Toward psychologies of liberation**. New York: Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em: <http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/60693/1/47%20pdf.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Marildes Martins da Silva Rocha Andrade**, *acadêmica de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Sonielson Luciano de Sousa**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Aldira Guimarães Duarte Domínguez**, Fisioterapeuta, Pós-Doutora, docente, Universidade de Brasília (UNB).
4. **Irenides Teixeira**, Psicóloga, Doutora, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).